

A REGIONALIZAÇÃO DA RECESSÃO INDUSTRIAL

Gilmar Mendes Lourenço

Os dados relativos à evolução da produção industrial brasileira, no primeiro quadrimestre de 2016, acompanhados por pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirmam o agravamento da crise no setor fabril, iniciada em meados de 2014, como reflexo da retração da demanda externa e, principalmente, do abandono, por parte do governo federal, da tarefa de adoção e monitoramento de uma política econômica direcionada à recuperação e preservação do ambiente de negócios, no front doméstico.

O volume de produção das atividades industriais instaladas no País declinou -10,5% entre janeiro e abril de 2016, comparado com igual intervalo de 2015, quando foi registrada queda de -6,1%. No segundo e terceiro quarto de 2015, os abalos foram de -7,0% e -11,5%. Trata-se das piores performances constatadas pela série histórica de investigação, nesta base de cotejo, com retração generalizada puxada por bens de consumo duráveis (-26,5%), por conta da deterioração do mercado de trabalho e de crédito e dos fluxos de renda e das condições de endividamento das famílias.

Outro decréscimo expressivo aconteceu em bens de capital (-25,9%), associado a fatores objetivos como o encolhimento da demanda e à escassez e encarecimento dos financiamentos para investimentos, e a elementos atrelados à exacerbação das expectativas negativas dos agentes sociais em relação ao futuro, derivada da mistura entre instabilidade econômica e política.

A rota cadente verificada nessas duas categorias, somada aos escândalos de corrupção envolvendo várias empresas da área de insumos básicos e matérias primas, capitaneadas pela estatal de petróleo, empurraram para o pântano recessivo a fabricação de bens intermediários (-9,6%).

Nem mesmo a classe de bens de consumo não duráveis e semiduráveis, menos sensível à atmosfera de turbulência por dedicar-se ao suprimento da procura vinculada à massa salarial, conseguiu escapar do colapso produtivo, acusando recuo de -2,8%, em razão da redução da capacidade de compra da população, com a escalada do desemprego, inflação e inadimplência.

O cenário depressivo é praticamente generalizado regionalmente, atingindo onze, de um grupo de quatorze, unidades federativas, em especial aquelas detentoras de matrizes industriais consideradas avançadas e diversificadas.

Ao mesmo tempo, é fácil perceber que o cenário depressivo é praticamente generalizado regionalmente, atingindo onze, de um grupo de quatorze, unidades federativas, em especial aquelas detentoras de matrizes industriais consideradas avançadas e diversificadas. Mais precisamente, os complexos de transformação operantes no Espírito Santo (-22,3%), Pernambuco (-22,1%), Amazonas (-21,7%), São Paulo (-11,0%), Minas Gerais (-10,1%), Rio de Janeiro (-9,9%), Paraná e Goiás (-8,4%), Santa Catarina (-8,0%) e Rio Grande do Sul (-6,9%), comandaram o movimento ladeira abaixo do setor.

As três exceções ao desempenho ruim foram Pará (10,1%), Mato Grosso (5,3%) e Bahia (2,4%). No Pará, a subida está diretamente relacionada ao comportamento positivo de três, entre sete ramos, concentrados na extração e beneficiamento de minério de ferro, alumínio e celulose, em resposta ao moderado, porém generalizado, reerguimento da economia global.

O acréscimo da produção de Mato Grosso, apurado em três de seis divisões, possui raízes na recuperação do agronegócio (carne bovina, complexo soja e adubos e fertilizantes) e bebidas. Já a ascensão da Bahia (três segmentos de seis) tem laços com o processamento de petróleo (gasolina e diesel) e metalurgia do ferro.

Como se vê, não há lugar para ilhas de dinamismo na conjuntura contracionista brasileira. Apenas três estados menos expressivos exibiram expansão pontual, ancorada em atividades de menor densidade tecnológica ou agregação de valor, incapazes de compensar o autêntico definhamento das firmas industriais, atestado pela diminuição da participação do setor de transformação na formação da renda interna da nação de 17,8%, em 2004, para 11,4%, em 2015.

A virada desse jogo depende da renovação da capacidade de formulação de uma política industrial de longo prazo, definidora de ganhadores e perdedores diretos de uma nova etapa de crescimento. A redução das taxas de juros constitui um excelente começo. Se, para que isso aconteça, é necessário o ajuste fiscal, que este seja feito o mais rápido possível. Basta desejo político e bastante audácia.